Agricultura familiar no município de Itaberaí-GO: um estudo de caso sob as perspectivas da gestão e do emprego de tecnologias

Osmar de Paula Oliveira Júnior

Eliane Moreira Sá de Souza

RESUMO: o estudo teve como principal objetivo identificar e descrever os aspectos relacionados às formas de gestão e emprego de tecnologias na agricultura familiar no município de Itaberaí-Go. Para tanto, utilizou-se, além da literatura científica, a pesquisa de campo mediante a aplicação de questionários semiestruturados visando à coleta de dados relacionados aos temas pesquisados. Por meio da amostragem por conveniência chegou-se ao número de 26 agricultores familiares entrevistados. Os resultados obtidos levaram a uma caracterização geral dos agricultores familiares não integrados do município, sendo também possível identificar deficiências em suas práticas de gestão, bem como gerar indicações de que estas têm interferido no desempenho dos agricultores em questão.

Palavras Chave: Agricultura familiar. Gestão. Ecnologia e competitividade.

ABSTRACT: The study has as its main objective to identify and describe the aspects related to the forms of management and applying technologies in smallholder agriculture in the municipality of Itaberaí (Goiás State, Brazil). To do so, we used field research by applying semi-structured questionnaires for data collection related to the topics surveyed. Through convenience sampling we reached the number of 26 farmers interviewed. The results obtained have led to a general characterization of the non-integrated family farmers, also being possible to identify deficiencies in their management practices, as well as generate indications that these have interfered on the performance of the farmers concerned.

Keywords: Family farming. Management. Technology and competitiveness.

Recebido em: 01/09/2015

Aprovado em: 26/11/2016

Sistema de avaliação: Double Blind Review

Editores Científicos: Maria Aparecida de Souza Melo e Simone Pereira Silva Bastos

1 INTRODUÇÃO

O agronegócio brasileiro é de grande relevância para a economia nacional, não só pela geração de riquezas, mas também como fonte de emprego e renda para a população. Dados do CEPEA (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – ESALQ – USP) indicam que a participação do agronegócio no PIB (Produto Interno Bruto) nacional tem girado em torno dos 37% nos últimos anos (CEPEA, 2013).

Neste contexto, a agricultura familiar se coloca como importante setor da atividade agropecuária. Seu papel é relevante para a distribuição de renda, manutenção da população ocupada no campo e principalmente para a produção de alimentos, pois se sabe que, em geral, o foco do agronegócio de grande porte, nos dias atuais, está fortemente voltado para a produção de *commodities* e/ou agroenergéticos. No município de Itaberaí a situação não é diferente. Aproximadamente metade das propriedades rurais se enquadra na condição de agricultura familiar, servindo como instrumento de geração de renda e inserção social para os habitantes da região (IBGE, 2014). Vale ressaltar que por estar próxima à Goiânia, capital do Estado de Goiás, a agricultura familiar itaberina agrega boas oportunidades de inserção de seus produtos, em especial os alimentares, dadas as características de temporalidade de acesso a este mercado, contornando dificuldades com a perecibilidade dos mesmos.

No entanto, sabe-se que para competir nos mercados modernos, empresas de todas as naturezas, inclusive as rurais, precisam buscar meios de gestão e emprego de tecnologias eficientes, com vistas à melhoria da qualidade dos produtos, maior

eficiência na formação dos custos e maiores, melhores e mais bem ajustadas estratégias de crescimento e posicionamento de mercado. Ou seja, somente negócios competitivos poderão sobreviver e prosperar no mundo informacional globalizado dos dias atuais.

Neste sentido, o objetivo geral do estudo foi identificar e descrever os aspectos relacionados às formas de gestão e emprego de tecnologias na agricultura familiar no município de Itaberaí-Go. Teve-se como objetivos secundários: a) caracterizar o perfil dos agricultores familiares itaberinos; b) apontar possíveis deficiências relacionadas ao emprego de práticas de gestão e tecnologias; e c) identificar os impactos decorrentes das práticas de gestão e tecnologias empregadas no setor atualmente.

Teve-se como hipótese básica que as práticas de gestão, bem como o emprego de tecnologias ainda são deficientes quando analisados sob a ótica dos agricultores familiares estudados. Como hipóteses secundárias teve-se: a) os produtores pesquisados possuem baixos níveis de formação educacional e técnica em geral; b) as técnicas de gestão e tecnologias aplicadas ao setor são insuficientes; e c) a inadequação no emprego de práticas de gestão e tecnologias influencia de maneira negativa na competitividade dos agricultores pesquisados.

Este trabalho contou com as seções: procedimentos metodológicos, onde são discutidos os materiais e métodos empregados; referencial teórico, onde são expostas as bases teóricas; resultados e discussões, seção que foi destinada a apresentação e análise dos dados primários de pesquisa de campo; conclusão a respeito dos objetivos e hipóteses levantados e; referências bibliográficas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A agricultura familiar

Para a realização deste estudo, tomou-se o agricultor familiar conforme descrito na lei 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais,

Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (Brasil, 2006)

Esta definição legal de agricultor familiar buscou a criação de uma categoria funcional, para a qual o Estado possa direcionar políticas públicas de fomento e assistência técnica, visando garantir o seu desenvolvimento e consolidação no Brasil, em especial através da integração dos produtores ao sistema agroindustrial, definido por Batalha (2001, p. 32) como o “conjunto de atividades que concorrem para a produção de produtos agroindustriais, desde a produção de insumos (sementes, adubos, máquinas agrícolas etc.) até a chegada do produto final (queijo, biscoito, massas etc.) ao consumidor”.

Abramovay (1992) assevera que o caráter familiar deste tipo de propriedade não

está arraigado apenas na propriedade da terra, mas também na direção, organização e execução dos trabalhos. A visão do autor é precursora da criação da agricultura familiar enquanto categoria funcional, capaz de abarcar imensa heterogeneidade de classes (posseiros, indígenas, arrendatários, ribeirinhos, quilombolas, camponeses, produtores integrados entre outros), com o propósito de se criar um aparato de apoio estatal que possa garantir o desenvolvimento das atividades da agricultura familiar no país.

Wanderley (2003) caracteriza a agricultura familiar como organização social marcada por laços entre o patrimônio (terra), o trabalho (desempenhado pelos integrantes da família) e o consumo (daquilo que é produzido na propriedade ou comprado com a renda proveniente dela). Desta forma a autora enfatiza a relação entre produção, sobrevivência e bem estar familiares.

Em geral, as definições para o termo agricultura familiar procuraram associar aspectos ligados à propriedade, emprego de mão de obra e processo de tomada de decisão convergindo para objetivos que visaram à reprodução das formas familiares de produção, tais como: manutenção da ocupação no campo e da capacidade de consumo do núcleo familiar.

2.2 Gestão e tecnologia na agricultura familiar

Apesar de fortemente ligada às lógicas locais de produção e consumo, a agricultura familiar brasileira deve sobreviver e prosperar em ambiente globalizado e integrado. Para competir nessas condições, o agricultor familiar, precisa se inserir não apenas na cadeia agroindustrial, mas também em nova lógica organizacional rural que exige, além do emprego de tecnologias produtivas, adoção

de processos de gestão capazes de colocar a pequena produção em nível de profissionalização que possa garantir a sua competitividade, permanência e crescimento na atividade. No entanto, Batalha *et al* (2005, p. 2), enfatiza que “muito pouco tem sido feito em termos de desenvolvimento de técnicas de gestão que contemplem as particularidades da agricultura familiar e as formas pelas quais ela pode inserir-se de forma competitiva e sustentada no agronegócio nacional”.

Couffin (1970) afirma que frequentemente acredita-se que quanto menor a propriedade rural, mais incapaz o agricultor será de geri-la. O autor completa afirmando que a capacidade gerencial não está diretamente ligada ao tamanho da propriedade, mas à mentalidade do empresário rural que a gerencia. O ponto de vista defendido por Couffin acrescenta a problemática da condição cultural e de formação educacional dos agricultores familiares, que, em geral são deficientes. Neste sentido, Nantes e Scarpelli (2001), acrescentam que existe aversão do produtor com relação à possibilidade de adotar inovações tecnológicas em grande parte dos estabelecimentos rurais, ainda que tais inovações sejam necessárias dos pontos de vista técnico e econômico. Isto posto, deduz-se que a formação deficitária e resistência às mudanças têm constituído entrave ao desenvolvimento da agricultura familiar no país.

Sendo assim, pode-se afirmar que os dilemas enfrentados pela agricultura familiar brasileira não residem apenas em problemas estruturais, mas também em barreiras culturais e no perfil dos responsáveis pela gestão dos empreendimentos rurais. O fato da cultura tradicional dos produtores adotar como foco principal os investimentos no setor produtivo constitui o primeiro entrave para a implantação de um sistema de gestão

nas propriedades rurais (NANTES E SCARPELLI, 2001).

Segundo Callado e Moraes Filho (2011) a gestão do agronegócio contemporâneo tem sido marcada pela incorporação de práticas normalmente ligadas a organizações comerciais, industriais e prestadoras de serviços (empresas tipicamente urbanas). No entanto, quando se fala em agricultura familiar, este processo parece estar ainda muito atrasado e incipiente. A presença de controles financeiros sofisticados, desenvolvimento de produtos e inovações, ações de marketing e estudos de comportamento do consumidor são praticamente inexistentes no meio da agricultura familiar.

Somam-se às dificuldades de desenvolvimento e implantação de tecnologias de gestão à agricultura familiar, as particularidades da gestão agroindustrial e da agricultura familiar, descritas por Batalha *et al* (2005):

- Sazonalidade na produção agropecuária: a produção rural é, muitas das vezes, marcada pelo regime de safra e entressafra. Este fator possui impactos ambíguos sobre a gestão dos empreendimentos rurais. Se, por um lado, dificulta o planejamento financeiro, causa oscilações bruscas de preços agrícolas e pode representar rupturas no fornecimento de matérias primas para as agroindústrias. Por outro, pode representar uma oportunidade de ganhos para aqueles produtores que possuam boa capacidade de armazenamento e condições de aproveitar os períodos de entressafra em outros mercados. Callado e Moraes Filho (2011) ressaltam que a maior parte das atividades rurais desenvolve-se de maneira irregular

durante o ano, e um dos maiores desafios para os gestores rurais é a minimização dos efeitos dessa sazonalidade, direcionando os esforços e recursos da empresa rural para outras atividades (beneficiamento, industrialização, comercialização) ou reparos e benfeitorias;

- Variações de qualidade do produto agropecuário: a padronização é um dos maiores desafios enfrentados pelos agricultores familiares. Alterações na forma de manejo, diferenças climáticas e outros fatores naturais resultam em incontáveis variações na qualidade final da matéria prima produzida. Esta por sua vez possui grande influência na qualidade dos produtos acabados. A padronização da produção e a regularização da oferta exigem a incorporação de recursos tecnológicos e gerenciais os quais os produtores nem sempre estão aptos financeira e tecnicamente a adotar. Ademais a variabilidade de quantidades produzidas no universo da agricultura familiar exige a instituição de estruturas de coordenação horizontais, com vistas ao desenvolvimento de formas associadas ou cooperadas de produção, beneficiamento e coordenação;
- Perecibilidade da matéria prima: após a colheita, a atividade biológica dos produtos agropecuários não para. Sem cuidados específicos, esses produtos podem durar poucas horas, dias ou semanas (ARAÚJO, 2007). Esta especificidade torna o agronegócio um segmento muito mais complexo que a produção rural em si, envolvendo desenvolvimento de estruturas de distribuição, armazenagem, embalagem, colheita, seleção e classificação. A perecibilidade dos produtos agrícolas torna a logística um dos maiores elementos estratégicos dentro dos segmentos agroindustriais;
- Sazonalidade de consumo: o consumo de muitos produtos de origem agroindustrial varia de acordo com datas ou características climáticas ligadas às estações do ano. Desta forma, o planejamento da produção é atividade de fundamental importância para os agricultores familiares com vistas à diminuição de possíveis perdas. Sendo assim, é vital que os empreendedores rurais possuam informações de mercado em quantidade e qualidade para o suporte à tomada de decisões relacionadas ao plano de produção;
- Perecibilidade do produto final: os produtos de origem agroindustrial em geral possuem alto grau de perecibilidade. A sua qualidade normalmente está associada à velocidade com que a matéria prima é disponibilizada para a agroindústria. Por conseguinte, a agricultura familiar precisa desenvolver ciclos logísticos mais curtos e eficientes, bem como estruturas de armazenagem adequadas que possibilitem aos produtores tirarem vantagem desta perecibilidade; e
- Qualidade e vigilância: o setor agropecuário é alvo de constante vigilância, em especial no que diz respeito aos aspectos sanitários. Este fato se explica pela necessidade de disponibilizar alimentos em quantidade e qualidade suficiente

para o consumo humano e animal. No entanto, a produção familiar possui sérias dificuldades em se adaptar às exigências e a legislação acaba por constituir um forte entrave à sua competitividade. Para minimizar este problema seria necessário, além da adoção de políticas de gestão e controle de qualidade por parte dos produtores, que os órgãos competentes procurassem reavaliar os níveis de exigência, adaptando-os na medida do possível, à realidade da agricultura familiar.

Ao discorrer sobre outras particularidades da agricultura familiar, Batalha (2005), cita os aspectos culturais relacionados ao consumo de alimentos, que levam em consideração hábitos regionais ou étnicos que influenciam o padrão de consumo das populações. A importância socioeconômica da agricultura familiar, fazendo com que o Estado procure instituir políticas públicas, especialmente via financiamento, que possam garantir as condições de sobrevivência e integração dos produtores ao agronegócio. O uso da biotecnologia como provável fonte de diferenciação de produtos e ganhos de produtividade. E, por fim, a possibilidade do emprego das tecnologias da informação (TIs) como instrumentos de coordenação e troca de informações entre redes de pequenos produtores ou entre agricultores familiares e outros elos da cadeia agroindustrial, tanto à montante quanto à jusante. De acordo com esta visão o emprego das TIs seria uma porta de integração entre os agricultores familiares e os mercados mais sofisticados, servindo também como fontes de obtenção e disseminação de informações como suporte à tomada de decisões.

A atividade rural apresenta maiores riscos em função de suas especificidades. O que, conseqüentemente, torna operações de

crédito igualmente mais arriscadas e custosas para o setor. Os recursos destinados ao crédito rural são, sobretudo, provenientes de instituições estatais, em especial o Banco do Brasil, responsável pela concessão de mais da metade do crédito rural disponível no país. No caso dos mini e pequenos produtores iniciativas como a criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) visam garantir a disponibilidade de recursos financeiros para o investimento produtivo. Apesar do volume de crédito ser crescente este ainda está longe de ser suficiente (NANTES E SCARPELLI, 2001).

Outro gargalo a ser considerado ao analisar as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares em implantar tecnologias produtivas e de gestão em seus empreendimentos é a assistência técnica. Segundo Nantes e Scarpelli (2001) a assistência técnica, apesar de disponível, não consegue atender às necessidades dos produtores rurais brasileiros. Tal insuficiência pode ser explicada pela infraestrutura deficiente, má remuneração dos técnicos e inadequação nos processos de produção e transmissão de informações. A assistência técnica apesar de se fazer presente é inadequada às necessidades suscitadas pela heterogeneidade da agricultura familiar. Falta efetividade e, principalmente, fornecimento de informações adequadas à tomada de decisões gerenciais e de comercialização, ficando a referida assistência muito restrita a aspectos produtivos.

Ainda com relação à tomada de decisões, Callado e Moraes Filho (2011) ponderam que as informações sobre custos devem ser utilizadas como parâmetro para a tomada de decisões gerenciais no empreendimento rural. Os autores completam afirmando que a imprecisão em sua apuração e controle afetará de maneira negativa na qualidade das decisões. O que se vê, em geral, é a dificuldade por parte dos agricultores familiares em estabelecer seus custos de produção, que dirá desenvolver estratégias para minimizá-los.

No tocante ao emprego de tecnologias de gestão, Batalha *et al* (2005) afirmam que com relação aos sistemas agroindustriais, em geral, o sentido de tecnologia está mais imediatamente ligado a processos e produtos. A tecnologia de gestão, por sua vez, é na maior parte dos casos mal compreendida ou negligenciada. Segundo Callado e Moraes Filho (2011), em geral, os empreendimentos rurais de pequeno porte fazem uso de uma caderneta para registrar a produção, os serviços efetuados e outros lançamentos visando à realização de um controle de contas a pagar e a receber. O que retrata uma realidade de total incipiência no uso de tecnologias aplicadas à gestão dos empreendimentos rurais. O caso da tecnologia é semelhante ao da assistência técnica, onde a maior parte dos esforços e recursos é direcionada ao setor produtivo, deixando de lado a gestão e a comercialização.

Batalha *et al* (2005) afirmam que a falta de tecnologia adequada não explica, por si só, o baixo nível tecnológico dos agricultores familiares brasileiros, pois em muitos casos, mesmo com tecnologias disponíveis, estas não se tornam inovações devido à falta de capacidade e condições para inovar. Desta forma, pode-se dizer que a tecnologia está disponível, o que falta é predisposição e capacitação dos agricultores

familiares em realizar a sua implantação e uso adequados.

Para competir nas condições atuais de mercado, Nantes e Scarpelli (2001) destacam três principais estratégias para empreendimentos rurais de pequeno porte:

1. Associativismo e parcerias: pode proporcionar aos agricultores familiares ganhos de escala e aumento no poder de barganha, capazes de fazer frente aos desafios de inserção e permanência nas cadeias agroindustriais, tendo como princípio a racionalização do trabalho e dos custos (NANTES e SCARPELLI, 2001);
2. Agregação de valor: elevação de preços de um produto em decorrência de alguma alteração em sua forma ou apresentação, tanto do produto *in natura* quanto industrializado dentro de cada nível da produção, da agroindustrialização e comercialização (ARAÚJO, 2007). Para Vilckas e Nantes (2007), o conceito de valor pode ser estabelecido sob três enfoques: preço, comportamento do consumidor e estratégia. Sob a ótica do preço pode ser definido como a diferença entre os benefícios recebidos e os investimentos dispendidos (monetários e não monetários) para a compra do produto ou serviço. Sobre comportamento do consumidor, o valor é definido pelo grau de satisfação dos desejos e necessidades dos consumidores pelo produto ou serviço adquirido. Por fim, sob a perspectiva da estratégia, valor se refere a quanto os potenciais

consumidores estão dispostos a pagar pelo produto ou serviço o qual a empresa esteja disposta a oferecer-lhe;

3. Diferenciação de produtos: existem alguns segmentos de mercado que demandam produtos específicos, que geralmente não estão disponíveis nos canais de distribuição usuais. Desenvolver produtos com características particulares que sejam capazes de atender estes segmentos de mercado, os quais se denominam nichos, pode ser uma boa estratégia de competição para a agricultura familiar. Para Kaneshiro e Dutra de Oliveira (1999) destacam-se entre os fatores responsáveis pelo surgimento de novos nichos de mercado para a produção rural, a mudança de hábitos alimentares da população, a falta de tempo para o preparo dos alimentos em casa, preocupações com a saúde e nutrição.

Callado e Moraes Filho (2011) ressaltam que a vantagem dos pequenos empreendimentos rurais é o fato de estarem menos suscetíveis às oscilações de preços de produtos agrícolas no mercado, além de possuírem maior controle dos trabalhos executados e maior aproveitamento de mão de obra. Porém, como desvantagem possuem escassas possibilidades de mecanização, pagam mais caro pelos insumos e recebem preços menores pelos produtos finais.

Santos *et al* (2002) destacam que o papel do gestor rural é planejar, controlar, decidir e avaliar os resultados, com vistas à maximização dos lucros, permanente motivação e bem estar dos empregados. Infelizmente, o cenário atual mostra que a maioria dos agricultores familiares brasileiros não possuem condições de

realizar de maneira adequada o papel proposto pelos autores.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Severino (2007, p. 121) afirma que o estudo de caso “é uma pesquisa que se concentra no estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos”. Neste contexto, a pesquisa compreendeu um estudo de caso com fins exploratórios que visa verificar e identificar o uso de técnicas de gestão e tecnologia para a agricultura familiar do município de Itaberaí-Go.

A coleta de dados primários através de entrevistas aplicadas pelos pesquisadores, diretamente aos produtores objeto de estudo deste trabalho. Os dados secundários foram obtidos em publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Instituto Mauro Borges – IMB e Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – CEPEA – ESALQ – USP.

Markoni e Lakatos (2006) afirmam que a pesquisa bibliográfica além de possibilitar ao autor o conhecimento prévio a respeito do tema a ser pesquisado permite que este possa chegar a conclusões inteiramente novas partindo daquilo que já foi construído. Antes da pesquisa de campo foi realizado estudo bibliográfico, com vistas ao estabelecimento do melhor referencial teórico para a elucidação dos temas discutidos.

As entrevistas foram realizadas mediante a aplicação de questionário semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas, visando à identificação de aspectos relacionados aos tópicos de interesse da pesquisa. Os questionários foram aplicados no período de junho a agosto de 2013.

Para Triola (2008) o processo de amostragem por conveniência é aquele no qual se busca os dados onde é fácil encontrá-

los. A amostragem foi realizada por meio da conveniência, uma vez que, procurou-se encontrar os produtores em seu local habitual de comercialização. Neste caso, a feira livre que se realiza na Praça Balduino Caldas, na cidade de Itaberaí nas tardes de quintas-feiras. Embora, algumas entrevistas não pudessem ser feitas na própria feira, realizou-se uma abordagem preliminar para identificar os possíveis entrevistados, bem como tomar nota de seus endereços e contatos para marcação de posteriores visitas. Além disso, também serviu para realizar uma triagem quanto à natureza dos produtos comercializados, uma vez que para o estudo só interessam aqueles que produzem o que comercializam, deixando de lado os intermediários e atravessadores, mesmo aqueles que também sejam agricultores familiares.

Foram entrevistados 26 agricultores familiares, não integrados, ou 2,9% do universo de propriedades consideradas familiares no município, sendo que, os dados obtidos foram tabulados e analisados de maneira qualitativa (análise de frequência), com os resultados e discussões, bem como as considerações finais sendo apresentadas de maneira ordenada e sucinta ao final deste artigo científico.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1 O município de Itaberaí

O município de Itaberaí está situado a 93 km de distância da capital do Estado, Goiânia. Possuía, em 2014, população estimada de 38.324 habitantes (IBGE, 2014), sendo que 15,8% residiam na zona rural. A área total do município é de aproximadamente 1.460 km², sendo que existem nesta porção de terras 1.247 (Censo Agropecuário, 2006) propriedades rurais, das

quais 909 ou 72,9% se enquadram na condição de agricultura familiar conforme Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. No entanto observa-se que a área ocupada por estes estabelecimentos familiares é de apenas 21.110 ha, que corresponde a 21,9% da área rural do município. Aos estabelecimentos patronais restam 75.273 ha, ou 78,1% daquela área.

Segundo dados do Instituto Mauro Borges – IMB, o Produto Interno Bruto (PIB) do município de Itaberaí atingiu, em 2011, o valor de 598 milhões de reais, classificando-se em 21º lugar entre os municípios de Goiás (IMB, 2014), sendo que a atividade agropecuária responde por aproximadamente 20% deste valor.

Itaberaí ocupa posição de destaque no estado de Goiás com relação à atividade agropecuária. Possui produção de grãos (milho e soja), frutas (em especial banana, laranja, tomate) e leite (IMB, 2014). No entanto, é na produção de aves que o município mais se destaca, em especial a criação e abate de frangos. Para se ter uma ideia, em 2011, o efetivo de galináceos do município contava com aproximadamente 4,9 milhões (IMB, 2014) de cabeças. Tal fenômeno se explica pela presença da São Salvador Alimentos (SSA – Super Frango) que é empresa de grande porte pioneira na implantação do sistema integrado de criação e abate de frangos de granja no estado de Goiás. A SSA possui atualmente cerca de 2.700 colaboradores diretos, com vínculo empregatício, e 600 indiretos (terceirizados) abatendo 225 mil aves ao dia em sua unidade frigorífica (SSA, 2014).

4.2 Perfil dos produtores entrevistados

Nesta seção serão discutidos dados a respeito do perfil dos produtores e propriedades objeto deste estudo. Das 26 propriedades pesquisadas 38,46% contava

com 2 residentes; 23,07% possuía 3 moradores e em 34,62% das glebas residiam entre 4 e 7 pessoas, sendo que apenas uma propriedade (3,85%) possuía um residente.

Quanto à área das propriedades, observou-se que a maioria, 69,23% delas, abrangia entre 10 e 25 ha e 23,07% possuía menos de 10 ha, as demais, 7,69%, além de 25 ha.

Com relação à mão de obra empregada, identificou-se que 100% das propriedades utilizava força de trabalho predominante familiar. As outras formas de mão de obra mencionadas foram: associada (19,23%), patronal (11,54%) e cooperada (3,85%), sendo sempre declaradas como força de trabalho complementar. Também foi observado que 26,92% das propriedades empregava duas pessoas; 23,07% três; 11,54% quatro, 30,77% ocupava cinco ou mais pessoas e os demais)7,69% dos entrevistados afirmaram serem os únicos responsáveis pela força de trabalho empregada em suas propriedades.

Quanto à renda mensal das propriedades, considerando o salário mínimo vigente durante o período da pesquisa, R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais), observou-se que a maior parte, 38,46%, possuía renda total entre 1 e 2 salários mínimos, 30,77%, entre 2,1 e 3 salários mínimos e 7,69% entre 3,1 e 5 salários mínimos. Outros 7,69% percebia rendimentos mensais superiores a 5 salários mínimos, restando ainda 15,38% que afirmaram possuir rendimentos mensais inferiores a 1 salário mínimo. Ainda registrou-se que 80,77% dos entrevistados afirmaram não receber nenhum tipo de renda externa àquela gerada pelas atividades da propriedade. Quanto aos que afirmaram receber rendas externas pode-se destacar a aposentadoria citada por 15,38% dos respondentes. Um entrevistado mencionou

receber salário e outro, afirmou ter a renda complementada pelo “Bolsa Família”¹.

Com relação à educação infantil, 46,15% das propriedades pesquisadas possuía crianças em idade escolar, contudo, em 7,69% destas, as crianças não frequentavam a escola. Ainda sobre a educação, percebeu-se que 80,77% das propriedades não possuem nenhum universitário ou graduado residente.

Quanto aos itens produzidos pelas propriedades para a comercialização (quadro 01), pode-se destacar: aves (57,69%), hortaliças e frutas (53,85%), ovos (50%), leite (42,31%), carne suína e mandioca, farinha ou polvilho (38,46%), queijo e outros derivados (26,92%), doces (19,23%), conservas e carne bovina (11,54%), temperos (7,69%). Nenhum dos entrevistados produzia ervas medicinais para a comercialização. Notou-se a existência de dois produtores especializados: um deles na produção de melancia e o outro na produção de mandioca, farinha e polvilho. A maioria das propriedades produzem vários itens.

¹ O Bolsa Família é um programa social do Governo Federal baseado na transferência direta de renda para as populações carentes visando o combate à fome e à miséria.

Quadro 01 – Itens produzidos para a comercialização.

Item	% das propriedades
Aves	57,69%
Hortaliças	53,85%
Frutas	53,85%
Ovos	50%
Leite	42,31%
Carne suína	38,46%
Mandioca, farinha ou polvilho	38,46%
Queijo e outros derivados	26,92%
Doces	19,23%
Conservas	11,54%
Carne Bovina	11,54%
Temperos	7,69%
Ervas Medicinais	0%

Fonte: dados da pesquisa.

Quanto à produção para o autoconsumo (quadro 02), destacavam-se: aves (76,92%), hortaliças (73,08%), ovos (69,23%), mandioca, farinha ou polvilho (57,69%), frutas e carne suína (50%), queijo e outros derivados (42,31%), leite (38,46%), doces (30,77%), carne bovina (23,07%), temperos e conservas (11,54%). Apenas um entrevistado afirmou produzir ervas medicinais para o autoconsumo.

Quadro 02 – Itens produzidos para o autoconsumo.

Item	% das propriedades
Aves	76,92%
Hortaliças e frutas	73,08%
Ovos	69,23%
Mandioca, farinha ou polvilho	57,69%
Frutas	50%
Carne suína	50%
Queijo e outros derivados	42,31%
Leite	38,46%
Doces	30,77%
Carne Bovina	23,07%
Conservas	11,54%
Temperos	11,54%
Ervas Medicinais	3,85%

Fonte: dados da pesquisa.

Registrou-se que em 50% das glebas o principal gestor possui apenas o ensino fundamental incompleto, sendo que 7,69% completaram o ensino fundamental. Outros 3,85% possuem ensino médio incompleto e 23,07% completaram o Ensino Médio. Somente 7,69% dos entrevistados ingressaram no ensino superior e deste apenas um concluiu o curso iniciado.

As informações levantadas com relação ao perfil dos agricultores familiares do município de Itaberaí-GO, revelaram um quadro semelhante à situação descrita por Nantes e Scarpelli (2001), segundo a qual, os problemas enfrentados pela agricultura familiar brasileira estão fortemente ligados ao perfil dos empreendedores rurais, marcado por baixos níveis de educação, resistência e barreiras culturais à adoção de inovações tecnológicas e de gestão. Se por um lado, o considerável número de propriedades que empregam cinco ou mais pessoas (aproximadamente um terço), reflete a importância da agricultura familiar como fonte de ocupação e renda e, conseqüentemente, de benefícios sociais para o município de Itaberaí; por outro o evidente envelhecimento da população rural, refletido pelo baixo número de propriedades que possuem crianças em idade escolar, pode ser fator complicador para a sobrevivência das propriedades familiares.

Por fim, a pequena quantidade de universitários ou graduados residentes, pode ser explicada por dois fatores: o primeiro deles é o próprio desinteresse por parte dos agricultores e familiares pela busca da educação superior; o segundo é o fato de que aqueles que conseguem concluir a formação superior tem acesso a melhores oportunidades no meio urbano e, além de não empregarem seus conhecimentos na melhoria das condições de produção e gestão

da agricultura familiar, contribuem para o adensamento do êxodo rural.

4.3 Gestão e tecnologia

Também foram discutidos os dados referentes à gestão das propriedades pertencentes aos entrevistados, bem como as tecnologias empregadas, seja para as atividades gerenciais, seja para as produtivas.

As informações sobre aos níveis educacionais dos principais gestores das propriedades apontam para a possibilidade de as deficiências de gestão observadas no decorrer deste estudo serem, em parte, causadas pelos baixos índices de educação percebidos junto à população estudada. Ademais a formação educacional deficitária pode influenciar de maneira negativa nas condições de implantação de novas tecnologias e inovações, uma vez que pode ser grande responsável por limitações técnicas e barreiras culturais apontadas por Couffin (1970).

Quanto ao processo de tomada de decisão observou-se que, em 46,15% das propriedades pesquisadas a tomada de decisão é feita individualmente pelo principal gestor, sendo que nos 53,85% restantes as decisões são tomadas pelo principal gestor em conjunto com seus familiares. Tais dados reforçam o caráter familiar das propriedades investigadas. Ainda com relação à tomada de decisões, 46,15% dos produtores afirmaram não buscar informações antes de tomar uma decisão. Dentre os que afirmaram buscar informações de suporte a decisões 34,62% afirmaram consultar a assistência técnica, 15,38% buscaram informações junto a outros produtores, um afirmou consultar a *internet* (sistema global de redes de computadores) e RAU/UEG – Revista de Administração da UEG

outro mencionou que consulta material didático. A predominância da orientação familiar no processo de tomada de decisões nas propriedades pesquisadas corrobora com a definição de agricultura familiar estabelecida por Abramovay (1992).

Com relação à compra de insumos, 80,77% dos entrevistados afirmaram adquirir insumos de produção individualmente e 15,38% coletivamente de fornecedores habituais. Apenas um produtor afirmou que compra insumos individualmente mediante cotação de preços. Estes dados evidenciaram imperfeições no profissionalismo na aquisição de insumos de produção, o que também pode levar a uma gestão de custos deficitária. No que diz respeito ao pagamento, 57,69% dos produtores estudados afirmaram pagar à vista pelos insumos adquiridos e 69,23% relataram adquirir os insumos a prazo. Boa parte (aproximadamente 50%) dos entrevistados utiliza as duas formas de pagamento, de acordo com a sua conveniência.

O controle financeiro da propriedade é realizado sem qualquer registro formal, apenas mentalmente, por 69,23% dos entrevistados. Outros 26,92% utilizaram apenas cadernos de anotações, 7,69% relataram possuir serviços terceirizados para tal fim e apenas um produtor afirmou utilizar o computador. Aqui, mais uma vez, evidenciou-se a precariedade na gestão das propriedades pesquisadas, apontando também para os baixos índices do emprego de tecnologias. A deficiência nos registros de movimentações financeiras interfere de maneira negativa na qualidade das decisões e na gestão dos custos das propriedades familiares como enfatizam Callado e Moraes Filho (2011). É importante registrar, também, que 53,85% dos produtores estudados afirmaram não possuir conta em banco.

Para estabelecer os preços de venda da produção, 38,46% dos proprietários estudados utilizaram o método da margem bruta, 30,77% realizaram custeio estimado e outros 26,92% estabeleceram seus preços de venda via sinalização de mercado e apenas um produtor pratica os preços estabelecidos por alguma associação ou cooperativa. Chamou a atenção o fato de um dos entrevistados relatar que utiliza a tabela da CEASA para estabelecer seus preços de venda.

Quanto à assistência técnica, 38,46% dos entrevistados nunca receberam qualquer tipo de assistência. Dentre aqueles que afirmaram ter recebido, 38,46% receberam assistência do SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), 30,77% do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), 7,69% da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e mais 7,69% da EMATER (Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário). Houve ainda 7,69% que afirmaram receber assessoria da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) e 3,85% (um produtor) recebeu assistência da CANAE (Conferência Nacional de Educação). Observou-se, também, que em 38,46% das propriedades pesquisadas o principal gestor jamais participou de qualquer tipo de treinamento ou curso específico para a sua área. Outros 61,54% receberam treinamento técnico relacionado à produção e 11,54% receberam curso ou treinamento gerencial. Nota-se um maior investimento em treinamento destinado à produção em detrimento das técnicas de gestão, o que confirma a visão de Nantes e Scarpelli (2001).

Registrou-se que 69,23% dos entrevistados alegaram que sua produção é orgânica. No entanto, nenhum destes possuía certificação e conseqüentemente não conseguia receber pelo respectivo mercado.

Tal fato mostra indícios de desconhecimento ou despreparo para lidar com o assunto. Outro fato que chamou a atenção é o de que nenhum dos produtores pesquisados possuía qualquer tipo de integração com a agroindústria, o que se torna ainda mais inusitado visto que o município é referência em produção integrada de proteína animal de origem avícola.

Quanto ao emprego de tecnologias, observou-se que 69,23% dos entrevistados possuía telefone fixo ou celular na propriedade. Quanto a microcomputador, *notebook* ou *tablet*, os números mudam drasticamente: 76,92% dos produtores pesquisados afirmaram não possuir qualquer destes equipamentos na propriedade e 19,23% possuem *internet*. É curioso o fato de que apenas um dos entrevistados afirmou utilizar computador e *internet* com finalidades gerenciais. Ou seja, além do número de produtores que acessam a tecnologia ser pequeno, a maioria destes a utiliza para fins recreativos, caracterizando o que Batalha *et al* (2005) definiram como falta de capacidade e condições para inovar, mesmo quando as tecnologias estão disponíveis.

Já quando relacionado à produção, 38,46% dos entrevistados afirmaram utilizar algum tipo de mecanização. Destes, 30,77% empregaram o trator, 11,54% colhedeira, outros 11,54% maquinário para a fabricação de farinha de mandioca, 3,85% plantadeira e mais 3,85% ordenha mecânica. Apenas 30,77% dos produtores pesquisados fizeram uso de sementes ou mudas geneticamente modificadas. Observou-se também que 23,07% dos produtores utilizaram fertilizante químico, 42,31% empregaram fertilizante orgânico, 34,62% utilizaram ambos e um entrevistado afirmou que não utilizou nenhum tipo de fertilizante. Também se registrou que 53,85% dos entrevistados não fizeram uso de defensivos químicos agrícolas.

Com relação ao crédito rural, averiguou-se que 34,62% dos produtores estudados já tiveram acesso a alguma modalidade de crédito rural. Dentre os quais 26,92% o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), 3,85% o PRONAF Mulher, outros 3,85% o Goiás Fomento e 3,85% o crédito rural de banco privado.

Observou-se que 73,08% dos entrevistados consideram sua propriedade lucrativa, outros 23,07% afirmam estar exatamente no ponto de equilíbrio e um produtor considera sua propriedade altamente lucrativa.

Por fim, ao serem indagados sobre o que precisa melhorar para tornar o negócio mais lucrativo, 65,38% afirmaram que é necessário maior apoio por parte do poder público, 50% desejaram melhores condições de infraestrutura para o escoamento da produção, 46,15% pediram melhorias nos mecanismos de assistência técnica, 19,23% afirmaram que deve existir maior organização por parte dos produtores, enquanto 11,54% desejaram melhores condições de educação aos trabalhadores e seus familiares.

As análises desenvolvidas refletiram um processo de tomada de decisão deficitário, conduzido por gestores rurais com baixa formação educacional e respaldado por insuficiente quantidade e qualidade de informações. Aliada a este problema, a resistência cultural dos agricultores pesquisados em adotar inovações e modernas práticas de gestão resulta em propriedades pouco produtivas e mal gerenciadas do ponto de vista financeiro e mercadológico.

O processo de tecnificação é ainda deficiente devido ao baixo emprego de tecnologias tanto produtivas, quanto da informação. Além da resistência por parte dos produtores à implantação de modernas tecnologias, a deficiência técnica (ligada à RAU/UEG – Revista de Administração da UEG

formação educacional e falta de assistência técnica adequada) e as dificuldades de acesso ao crédito explicam, em parte, este fenômeno.

As particularidades da gestão agroindustrial e da agricultura familiar, descritas por Batalha *et al* (2005), acabaram por agravar os problemas observados, uma vez que a falta de planejamento observada leva os agricultores familiares a estarem numa situação de despreparo para o enfrentamento de situações adversas inesperadas.

Finalmente, no decorrer da pesquisa de campo, não foi encontrada nenhuma iniciativa significativa no sentido de adotar uma das três estratégias (associativismo e parcerias, agregação de valor e diferenciação de produtos) propostas por Nantes e Scarpelli (2001), com vistas à melhoria das condições de competição dos empreendimentos rurais de pequeno porte nos mercados atuais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permite afirmar que existem aspectos relacionados à gestão e tecnologia empregadas que, se melhor trabalhados podem levar a um ganho de eficiência e competitividade para o setor e, conseqüentemente a melhoria das condições de vida e renda dos produtores estudados.

Quanto ao objetivo proposto de identificar e descrever os aspectos relacionados às formas de gestão e emprego de tecnologias na agricultura familiar do município de Itaberaí-Go se pôde formar um cenário esclarecedor, revelando prática agrícola pouco competitiva, com uma série de deficiências a serem sanadas antes de atingir seu pleno potencial. Ademais o perfil dos agricultores pesquisados, ficou caracterizado pelo baixo nível de formação educacional. As principais deficiências dos

produtores pesquisados estão ligadas a falta de condições (técnicas e financeiras) e resistência à adoção de inovações tecnológicas e gerenciais; por fim conseguiu-se estabelecer indícios de que as práticas de gestão e tecnologias empregadas atualmente no setor tem proporcionado impactos, que levam a baixos níveis de produtividade e eficiência financeira das propriedades familiares, no entanto, serão necessários estudos mais aprofundados para confirmar tal inferência.

Com relação à hipótese de que as práticas de gestão e as tecnologias adotadas pelos produtores objeto deste estudo são precárias, pode-se afirmar que esta se confirmou. Quanto à hipótese secundária de que os produtores pesquisados possuem baixos níveis de formação educacional e técnica em geral, esta também pôde ser confirmada pelos dados obtidos na pesquisa de campo. Embora haja boas indicações de que as técnicas de gestão e tecnologias aplicadas ao setor são insuficientes e de que a inadequação no emprego de práticas de gestão e tecnologias tem influenciado de maneira negativa na competitividade dos agricultores pesquisados, estas hipóteses podem ser apenas parcialmente aceitas, já que se evidenciou a necessidade de estudos complementares, em especial com aumento da amostra pesquisada.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo (1992) - *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão* - Hucitec/Edunicamp/ANPOCS - São Paulo.
- ARAÚJO, M. J. *Fundamentos de Agronegócios*. São Paulo: Atlas, 2007.
- BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. de. *Tecnologia de*

gestão e agricultura familiar. In: BATALHA, M. O. *Gestão do Agronegócio: textos selecionados*. São Carlos: EdUFSCar, 2005. p. 01 e 02.

_____ ; DA SILVA, A. L. Gerenciamento de Sistemas Agroindustriais: Definições e Correntes Metodológicas. In: BATALHA, M. O. (Coord.). *Gestão Agroindustrial*. São Paulo: Atlas, 2001. 32 p.

BRASIL. *Portal do Planalto: Presidência da República*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 06 fev. 2014.

CALLADO, A. A. C.; MORAES FILHO, R. A. de. *Gestão Empresarial no Agronegócio*. In: CALLADO, A. A. C. *Agronegócio*. São Paulo: Atlas, 2011.

Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - CEPEA – ESALQ – USP. *O PIB do Agronegócio*. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/pib/>>. Acesso em: 02 dez. 2013.

COUFFIN, C. *Gestión de las empresas agrárias y desarrollo rural*. Barcelona: Vicens-Weves, 1970.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Censo Agropecuário 2006*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006_2/default.shtm>. Acesso em: 20 fev. 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *IBGE Cidades*. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=521040&search=goias|itabera>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

Instituto Mauro Borges – IMB. *Estatísticas Municipais*. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/>>. Acesso em: 21 fev. 2014.

KANESIRO, M. A. B.; DUTRA de OLIVEIRA, J. E. Tendências no Consumo de Alimentos. *Nutrição em Pauta*, p 36 - 38, 1999.

MARCONI, M. A. e LAKATOS, E. M. *Técnicas de Pesquisa*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

NANTES, J. F. D.; SCARPELLI, M. *Gestão da produção rural no agronegócio*. In: BATALHA, M. O. *Gestão Agroindustrial*. São Paulo: Atlas, 2001.

SANTOS, G. J. dos; MARION, J. C.; SEGATTI, S. *Administração de Custos na Agropecuária*. São Paulo: Atlas, 2002.

São Salvador Alimentos – SSA. *Perfil Econômico*. Disponível em: <<http://www.ssa-br.com/#/economico>>. Acesso em: 21 fev. 2014.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do Trabalho Científico*. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 121.

TRIOLA, M.F. *Introdução à Estatística*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

VILCKAS, M.; NANTES, J. F. D. Agregação de Valor: uma alternativa para a expansão do mercado de alimentos orgânicos. *Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras*, v.9, n.1, p.26-37, 2007.

WANDERLEY, M. N. B. *Agricultura familiar e campensinato: rupturas e continuidade*. Rio de Janeiro, In: Estudos Sociedade e Agricultura, 2003, n° 21, [p. 42-62].

RAU/UEG – Revista de Administração da UEG
http://www.revista.ueg.br/index.php/revista_administracao

SOBRE OS AUTORES

Osmar de Paula Oliveira Júnior

Mestre em Agronegócio pela Universidade Federal de Goiás (UFG), professor e coordenador dos cursos de Administração e Gestão da Tecnologia da Informação da Faculdade de Jussara (FAJ), Coordenador de Pós-graduação da Faculdade de Jussara (FAJ) e Diretor Acadêmico da Faculdade Aliança de Itaberaí (FAIT).
Endereço: Rod. BR 070 km 24, saída para Cidade de Goiás, Zona Rural, Jussara-GO, CEP: 76270-000
Contato: juniorfaj@yahoo.com.br

Eliane Moreira Sá de Souza

Pós-Doutora em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), professora associada da Universidade Federal de Goiás (UFG).
Contato: eliane.mss@hotmail.com